

Uma Geografia (Sistêmica) dos Sistemas Econômicos

Nilo Bernardes

Berry, Brian J. L. Edgard C. Conkling
e B. Michael Ray — The geography of
economic systems, Englewood Cliffs,
New Jersey: Prentice Hall, Inc. 1976, 529 p.

No bojo do movimento de reformulação filosófica e metodológica da pesquisa geográfica, com ênfase na teorização e na quantificação, uma das várias características (e não vem ao caso mencionar todas elas, ainda que sumariamente) que insistentemente se procurou incorporar foi o papel dos mecanismos econômicos e, portanto, o emprego dos conceitos fundamentais da economia na explanação geográfica. Foi justamente essa economicidade que mais realçou, nos Estados Unidos, a oposição (falsa ou verdadeira, não vem também ao caso comentar) entre a corrente da chamada “geografia econômica” e a outra, dita “geografia cultural”, esta, em regra geral, mais dedicada ao enfoque ecológico e à ênfase do papel do homem como agente transformador das paisagens na superfície terrestre.

Poucos são ainda os manuais compendiando os resultados do decênio crítico (grosso modo, a década dos anos 60) e que sobretudo tenham sido produzidos por alguns dos geógrafos que mais lideraram este movimento de uma “geografia econômica” superteorizante.

Sem dúvida, desde o começo dos anos 70 vem surgindo alguns de tais compêndios. Porém, um dos que maior curiosidade pode despertar no leitor surgiu há menos de um ano sob o título de *The geography of economic systems*, da autoria de Brian Berry, M. Ray e E. Conkling e publicado pela Prentice Hall. Isto, por três motivos principais: primeiro, porque um dos co-autores (Berry) é nada mais nada menos que um dos maiores expoentes da corrente renovadora; segundo, porque o livro se nos apresenta como um manual completo de geografia econômica. Completo no sentido de que enfatiza e sistematiza o leque das novas preocupações temáticas e as respectivas bases teóricas. Ele não se detém, por exemplo, na análise metódica das atividades de

produção ou de transportes: a ênfase do livro é dada à interdependência de áreas, aos mecanismos de interação entre lugares, seus aspectos locacionais e seus fundamentos econômicos, políticos, demográficos, ecológicos e até mesmo históricos. Um terceiro motivo de atração peculiar oferecida pelo compêndio em apreço reside no fato de que enfoca, ao lado de uma apresentação sistemática dos fatos econômicos, uma parte regional. Sobretudo uma visão regional no contexto de um mundo em crises, dentre as quais a crise energética, embora não sendo a única, é a mais aguda e a principal responsável por uma brusca perturbação nas relações entre os componentes do grande sistema econômico planetário.

Creemos que a maioria dos manuais anteriores não apresentam estas características combinadas, tanto porque não associam de forma abrangente a análise tópica dos mecanismos econômicos à análise de entidades nacionais ou regionais, quanto porque procuram abarcar toda a geografia sistemática (não aprofundando, pois, a parte econômica propriamente dita), ou porque se cingem topicamente a uma só categoria de fatos. Neste último caso se enquadra, por exemplo, o que de melhor se produziu sob a forma de pequenos manuais em séries ou coletâneas, uma das mais importantes delas sendo aquela que a própria Prentice Hall, Inc. vem publicando sob a rubrica de *Foundation of Economic Geography Series*.

Na presente obra os autores se propõem a nos dar elementos para reconhecer e compreender os padrões globais de interdependências segundo os quais os problemas de uma parte são relacionados com eventos de outra. Para tanto, dizem eles, se impõe um enquadramento sistêmico, dado que "um sistema é uma entidade que funciona devido à interdependência de suas partes". A proposição não é absolutamente nova, tendo sido de forma notável utilizada em escala mundial por Meadows e outros, no famoso estudo sobre *Os limites do crescimento* * um dos marcos inaugurais da era de preocupação com a dimensão ambiental do desenvolvimento e do bem-estar da humanidade. A obra que estamos apreciando, porém, tem o grande mérito de nos oferecer, sob esta perspectiva, uma sistematização da Geografia Econômica. Cerca de metade do compêndio (doze capítulos) é dedicada à analisar de forma *sistemática* as partes ou os elementos dos mecanismos econômicos. A outra parte, outros doze capítulos, examina de forma *regional* exemplos de economias nacionais e a interdependência mundial. O livro acaba com mais um capítulo dedicado expressamente ao tema do crescimento econômico e seus limites.

Os capítulos estão todos estruturados em oito partes, reunindo os temas considerados fundamentais pelos autores: 1) os fundamentos geográficos, 2) os fundamentos econômicos, 3) as teorias de localização, 4) os mecanismos de intercâmbio comercial e interação, 5) a estrutura regional da economia, 6) as economias do centro mundial, 7) as economias da periferia mundial, 8) o crescimento dos sistemas econômicos e sua dinâmica espacial.

A parte relativa aos fundamentos geográficos se inicia com uma síntese introdutória, oferecendo um panorama da evolução da geografia econômica a partir da geografia comercial anglo-saxônica; a seguir a maneira pela qual a geografia atravessou a fase determinista e incorporou a preocupação com a organização do espaço, estreitando seu relacionamento com o campo da economia e adotando o enfoque sistêmico.

* Meadows, D. H., D. Meadows, J. Randers e W. W. Berens. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books 1972.

Como fundamentos geográficos básicos considera em primeiro lugar a população (a “primeira variável na análise do sistema”), sua distribuição espacial e comportamento temporal, e a relação das características demográficas com os problemas de desenvolvimento. Em seguida, a natureza e a disponibilidade dos recursos naturais são analisadas sob a perspectiva de uma população crescente e carente de alimentos, recursos energéticos e matérias-primas básicas, realçando o papel da tecnologia (na elevação do nível de aproveitamento dos recursos não renováveis) e da estrutura comercial (estreitando a interdependência no sistema).

Dentre os fundamentos econômicos, imprescindíveis para a compreensão da natureza de custos e benefícios e, conseqüentemente, das mudanças das inter-relações locacionais, são destacados: os preços e seu papel na estrutura de demanda e oferta; a estrutura de preferência do consumidor e a variação espacial da demanda, o que poderia constituir as bases para uma “geografia da demanda”; finalmente, a escala econômica da unidade de produção e as inter-relações básicas da oferta.

A terceira parte, teorias de localização, constituindo o âmago da moderna geografia econômica, consta de uma resenha do que tem sido amplamente divulgado, entre nós, sobre o assunto. Contém, ademais, um capítulo bem didático sobre estudos de casos da dinâmica da localização industrial, enfocando exemplos das indústrias tradicionais segundo variação nos fatores clássicos: papel da área de mercado, da mudança, da tecnologia de transportes, da busca por energia mais barata, da emergência dos custos de trabalho. Por outro lado, como exemplo de indústria bem moderna, com fatores peculiares de localização mostra o caso da indústria eletrônica.

De fundamental importância para se compreender os propósitos e a estrutura do livro é a sua quarta parte: intercâmbio e interação. De início, teorias do comércio internacional são expostas à luz dos efeitos das condições de oferta, dos efeitos das condições de demanda, das barreiras ao comércio (distância, interferências governamentais). Extensa análise sobre os padrões e a dinâmica do comércio mundial constitui, aqui, a base para a compreensão holística do sistema econômico internacional. Curiosamente não é aqui, mas bem mais adiante, que se manifesta nitidamente a inclinação dos autores pelo “modelo funcional de dependência” na organização espacial da economia internacional. A inferência do modelo se daria, é claro, mais pelos padrões organizacionais (as conseqüências) do que pelos fluxos (as causas). Esta observação, entretanto, não implica em omitir o fato de que os desequilíbrios mundiais são, desde logo, assinalados nesta parte. A inclusão, no final desta mesma parte, do capítulo sobre o comércio local e a hierarquia urbana aparentemente quebraria a linha seguida de escala crescente na análise dos fatos; mas, depois de revisar os conhecidos aspectos da teoria da centralidade, ele culmina com a análise do modelo de James Vance. Neste modelo são desenvolvidas as diferentes fases da organização mercantil do espaço cuja evolução se faz sob forças exógenas relacionadas com as fases de emergência do modelo de centralidade, por sua vez oriundo de forças endógenas.

Conseqüência direta da parte anterior é aquela que trata da estrutura regional da economia (incidentalmente é interessante notar aqui que, segundo os autores, tal como o modelo de hierarquia urbana, o sistema de regiões foi pressentido pelo geógrafo árabe Al-Muqaddasi, ainda no final do século dez). Aqui o conceito regional é relacionado ao “sistema internacional” cujas dimensões são analisadas no final.

Antes disso, porém, são revisadas as características das três modalidades de região (funcionais, homogêneas e administrativas); e é, igualmente, reiterada a *spatial field theory*. Formulada por Berry com o fim de inter-relacionar os fundamentos funcionais e os fundamentos formais das duas primeiras modalidades, esta teoria é aqui estendida para incluir também os fundamentos das regiões administrativas.

O capítulo de maior importância nesta parte, o que serve de prólogo aos estudos regionais, refere-se ao paradigma da estrutura espacial da economia mundial. Trata-se do conhecido modelo centro-periferia, aqui denominado de *The heartland-hinterland paradigm* (os dois primeiros termos sendo dificilmente traduzíveis com fidelidade). Ele é referido à “teoria geral do desenvolvimento polarizado” de John Friedman, aplicável em diferentes escalas geográficas. Evidencia-se, desde logo, que este modelo não é apenas a referência para a seleção e classificação dos casos estudados na parte regional, como ele enquadra as características básicas assinaladas para cada caso. Ele permite, ademais, a caracterização geográfica da matriz de dependência na escala mundial. Com efeito, a concepção regional dos autores está calcada, como parece óbvio, nesta moldura: as *heartlands* são definidas como subsistemas da sociedade, territorialmente organizados, possuindo uma alta capacidade para gerar mudanças inovadoras; as *hinterlands* são todas as regiões além das *heartlands* cujo processo de crescimento e mudança é determinado por suas relações “de dependência com as *heartlands*”. Estas, por seu lado, têm em comum uma alta concentração da força de trabalho nas atividades industriais e nos serviços especializados (setor quaternário), resultado de uma passagem do desenvolvimento baseado nos recursos naturais para o desenvolvimento baseado nos recursos humanos. Indústrias e serviços tornam-se cada vez mais sofisticados e cientificamente orientados, cada vez mais interligados, e cada vez menos relacionados com processamento e o comércio de recursos primários. Estas características constituem o “moderno motor do crescimento”, tornando o termo *heartland* quase que sinônimo de altas rendas *per capita* e altos potenciais de renda.

As características organizacionais de uma e de outra parte do modelo mundial são analisadas (no caso das *hinterlands* são enfatizados o papel da herança colonial e a persistência da economia dual) e discutidos os critérios para a seleção das entidades nacionais que são tomadas como casos para estudo nas partes que se seguem. Os autores identificam cinco tipos de sistemas econômicos, de acordo com a natureza do processo de decisão e a capacidade dos líderes nacionais para controlar e efetuar mudanças: 1) a economia de mercado em *laissez-faire* (sic); 2) o sistema do moderno estado industrial com negociações de mercado em larga escala; 3) o *welfare state* (economias com prioridade no bem-estar social); 4) o estado socialista; 5) o grupo diversificado de economias do Terceiro e Quarto Mundo*.

São examinados quatro casos nas *heartlands* e outros quatro nas *hinterlands* (sexta e sétima parte). No primeiro grupo, o Canadá, que os autores enquadram no tipo do *laissez-faire* predominante, é oferecido como um exemplo de desafio do crescimento e mudança no Primeiro Mundo, onde os recursos naturais vão sendo substituídos pela urbanização como alavanca do crescimento, e onde ainda são flagrantes os problemas de disparidades regionais. O Reino Unido, colocado entre os *welfare states*, é uma ex-potência imperial voltada para si, e cuja

* O Quarto Mundo é formado por aqueles países de tal modo pobres que não dispõem ou não desenvolveram recursos para financiar as importações essenciais.

liderança mundial foi substituída (de modo mais ou menos brusco) pelos problemas de ajustamento a um *mini status* no processo de integração na Europa em unificação. O Japão, correspondendo melhor ao segundo tipo de economia acima indicado, é o pólo de crescimento do Oriente, e fez da tecnologia o acicate para seu vertiginoso crescimento industrial no após-guerra. Finalmente, a União Soviética (líder do Segundo Mundo) oferece-nos o quadro de uma transformação urbano-industrial emergida de um processo continuado de planejamento estatal centralizado que comanda a estrutura e os objetivos de um estado socialista.

No segundo grupo é apontado como exemplo do *laissez-faire* * no contexto do subdesenvolvimento a área do Mercado Comum Centro-Americano (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica). Esta região é constituída por pequenos países e grandes problemas, mas que procuram se desenvolver pela cooperação; o MCCA apresenta-se como exemplo de uma economia de *laissez-faire* altamente dualística. A Nova Zelândia é exemplo de *welfare state* nas hinterlândias, de um País que encontrou o caminho da prosperidade através de forte dependência econômica, não obstante a grande distância de seu parceiro (a Grã-Bretanha). A Indonésia, que enfrenta o desafio do tamanho e da diversidade de espaço e de culturas, ainda tenta remover o fardo da herança colonial dos dualismos e procura o caminho do crescimento, organizando, em larga escala, uma economia orientada para o aproveitamento de seus recursos. A China, com seu socialismo e seu planejamento à moda oriental, tenta criar novas formas de organização do espaço, com soluções marxistas próprias.

Toda esta parte regional, ademais, de muito imaginativa se revela muito rica de informações, não obstante procurar se cingir aos fatos relevantes que, em cada caso, caracterizam o "sistema". Evidentemente, há uma preocupação para com a aplicação de esquemas teóricos (é sempre sugestiva, por exemplo, a análise da aplicação do modelo nacional centro-periferia ao arquipélago do Japão, comparadamente com a Grã-Bretanha). Na consideração dos fundamentos geográficos econômicos, as condições históricas são devidamente realçadas: os problemas de ajustamento no após-guerra, nas *heartlands*, a formação cultural e os conflitos gera-los pelo colonialismo, nas *hinterlands*. Na análise dos fundamentos e das condições prevaletentes, a caracterização dos problemas se detém, inclusive, em alguns aspectos muito a gosto da tradicional geografia cultural ateorética, tal como o detalhamento do papel da formação histórica (formação étnica, em alguns casos) ou as características da agricultura tradicional face as características da agricultura comercial.

Persistente em seu gosto pela síntese dos fatos e fiéis à abordagem geográfica e nomotética, os autores apresentam, ao final de cada grupo de casos, uma sistematização dos problemas do crescimento econômico nas *heartlands* e nas *hinterlands*.

Para o primeiro caso há uma base teórica formal: o Modelo de Denison (Edward), apresentado em um estudo feito por este autor em 1962 (*The sources of economic growth in the United States and the alternatives before us*), modelo este que, tendo sido também aplicado à Europa Ocidental, ao Canadá e ao Japão, e até mesmo à União Soviética, constitui uma base para a avaliação quantitativa do crescimento econômico e para explicar as diferenças nas taxas de desenvolvimento dos países industrializados. Baseia-se ele no meticuloso exame e classificação

* Talvez seja este o caso em que mais nos choca o emprego da expressão *laissez-faire* de significado tão controverso no mundo atual. Talvez seja ela aceitável apenas em uma conotação parcial, aplicável a alguns poucos setores do sistema econômico social.

das fontes de crescimento, grupadas em dois conjuntos: crescimento devido a aumentos nos níveis absolutos dos fatores de produção e crescimento devido ao aumento da eficiência no uso e combinação dos fatores. As *heartlands*, com incipiente ou nula industrialização, não dispoem das mesmas estatísticas sofisticadas que o outro grupo (a começar pela matriz de insumo-produto) não são passíveis de enfoque análogo. Seus problemas são equacionados em torno do desafio das desigualdades internacionais e das possibilidades de mudar o poder de barganha de modo mais favorável aos países retardatários (vg. a crise mundial devido aos preços do petróleo).

Finalmente, a última parte do livro constitui-se na análise mais abrangente do crescimento dos sistemas econômicos e sua relação com a dinâmica espacial. Primeiramente é analisado o processo de crescimento em si, os seus tipos e padrões (diferenciando-se crescimento e mudança), momento em que é introduzida a lei da alometria, tão cara a um dos co-autores (M. Ray).

A alometria estabelece índices que comparam o crescimento das partes com o crescimento do todo e, por aí, verificando-se diferentes relações de crescimento entre as diversas partes e o todo, se pode detectar mudanças dentro do sistema. Em seguida passa-se a um aspecto bem mais explicitamente geográfico, o crescimento dos sistemas espaciais e o desenvolvimento da organização espacial. Ambos aspectos, insistem os autores, são ligados por três processos inter-relacionados: invenção (ato de criação) inovação (ato de adoção) e difusão (modo de propagação do centro de invenção aos lugares de adoção). Embora esteja ocorrendo desde o paleolítico, o processo de difusão de inovações se identificou com a propagação da própria revolução industrial do mundo moderno, tornando-se imprescindível para a compreensão da geografia dos sistemas econômicos da atualidade, conforme se propõe o compêndio em exame. Não é sem razão, portanto, que estranhemos que os autores tenham dado um tratamento muito reduzido ao estudo do processo de difusão propriamente dito, do mesmo modo que deixando de ilustrar os mecanismos de propagação (*spread effect*) e retorno (*backwash effect*) ao considerarem a dinâmica espacial dos sistemas.

O fecho de toda a matéria exposta é o exame dos limites do crescimento, voltando-se ao balanço das duas primeiras ordens de variáveis — população e recursos naturais — dentro da dinâmica dos sistemas econômicos considerados em diversas escalas, a partir do enfoque planetário. Neste ponto seria impossível aos autores fugir da moldura traçada por Meadows e mais outros (*The limits to growth*) e da discussão das sombrias alternativas de crescimento por eles propostas. Contudo, a posição geral de Berry, Ray e Conkling nesta questão não é radical. Por isso gostaríamos de encerrar estes comentários transcrevendo a profissão de fé que eles estampam no prefácio:

“Cada cultura e cada época têm sua própria imagem do futuro, com suas esperanças e suas expectativas, suas aspirações e seus ideais. (...) o sociólogo Frederick L. Polak afirma que a história (de cada) cultura é a história de sua imagem do futuro e que “pensar sobre o futuro não é apenas a mais poderosa alavanca do progresso mas também a condição para a sobrevivência”. Os geógrafos econômicos, tal como outros especialistas, inesperadamente apanhados pelos problemas da época atual, começam a voltar sua atenção para a imagem do futuro e para a contribuição que eles desejam fazer para esse futuro. A base da contribuição deles é uma geografia dos sistemas econômicos. Com este objetivo é que este livro é oferecido”.